

Avaliar para melhorar e aprender

Maria Luísa Moreira
CEFOPNA

Já fizeste as compras do mês? Sim, o site estava a ser atualizado, demorei um pouco mais, mas entregam amanhã. Mãe, podes verificar se aqui neste site a informação te parece completa? Felizmente, não tive um acidente porque o meu automóvel tem sensores e despertou-me quando saí da estrada...

Porque é que temos de reestruturar a avaliação? Porque é que queremos mudar a Escola? Porque o mundo mudou! Porque a sociedade é outra coisa, ou talvez até seja apenas coisa nenhuma, porque o passado a ninguém serve e o futuro é uma névoa indistinta. A escola do passado (a de hoje) fica excessivamente curta aos alunos e, quero crer, a muitos professores. Na sala de aula, indiferente à nossa vontade, não predominam as criancinhas vindas de famílias com tempo, com disponibilidade, para acompanhar os filhos, para ouvir, para participar ativamente na vida da escola. A

sociedade de hoje, que mais não é do que nós fizemos dela, é um espaço multicolorido, feito de desafios e provocações, de singularidades e processos muito complexos. Hoje, e já ontem – nós temos estado um pouco distraídos- a Escola é a realidade de todos, para todos, com lugar para cada um. Exige-se, e bem quanto a nós, que cada professor seja capaz de ajudar cada aluno a encontrar o seu lugar de sucesso no mundo. Sim, todos, todos sem exceção, devem ter direito a percursos formativos de qualidade e que, em primeira instância, permitam a inserção na sociedade e no mundo do trabalho. A aquisição de conteúdos não é mais, sem dúvida, o primeiro objetivo da Escola. Aliás, com a informação ao acesso de um *clíc* no telemóvel de cada um, perder o precioso tempo da sala de aula a transmitir informação é, sem dúvida, uma grave perda de tempo... Mudar a Escola é, defendemos, mudar em primeiro lugar a sala de aula. Mudar radicalmente, desde a organização

física do espaço ao tipo de tarefas que se propõem aos alunos.

Melhor Escola é menos imobilidade.

Ou seja, para que a Escola se reinvente, se transforme em processos possíveis, é preciso dar mais espaço às metodologias ativas, colaborativas e suportadas em estratégias individualizantes. E então, o texto não era sobre a Avaliação para as Aprendizagens? Era sim. E é! Porque a avaliação para as aprendizagens é uma das áreas da Escola, é uma dimensão que suporta, e deve promover, o mesmo processo de mudança que se defende. Avaliar não é mais, ou não deve ser..., medir o grau de obtenção de conteúdos programáticos. A avaliação para as aprendizagens tem de ser uma forma de andamar o processo de aprendizagem e, por isso, é sua dimensão formativa que urge valorizar. Estamos habituados a quantificar, a certificar, pela atribuição de um algarismo, de um número, o nível em que se encontra cada aluno. Mas certificamos o quê? O que adquiriu no domínio do conhecimento teórico e científico? O que consegue fazer com o conhecimento adquirido? O resultado aritmético da aplicação de instrumentos de testagem e verificação? O ponto do programa a que chega cada aluno na disciplina? Não sabemos. Sabemos, apenas, que sempre fizemos assim! Que as classificações serviram, sempre, para distinguir, para separar, para hierarquizar, para excluir. Sabemos que comparávamos o incomparável. Sim, podemos comparar pessoas? Com que legitimidade comparamos processos com inícios distintos? Como comparar o Zé Maria, filho de um casal com formação superior, habituado a viajar e a conhecer o mundo, com o Joaquim que vive só com a avó, que trabalha

numa loja depois das aulas para acrescentar algum dinheiro à magra reforma da avó, para quem a Escola mais não é do que uma obrigação para evitar ser institucionalizado? Pois é...

A escola para todos é mesmo para todos. Tem como missão melhorar o mundo (e como ele precisa...) e contribuir para uma maior equidade, justiça e verdade. É esta a Escola que nós defendemos e, por isso, propomos que a avaliação se torne o eixo de suporte do desejável.

Vejamos:

É formativa toda avaliação que ajuda o aluno a aprender e a se desenvolver, ou melhor, que participa da regulação das aprendizagens e do desenvolvimento no sentido de um projeto educativo. (Perrenoud 1998).

A avaliação formativa exige, sempre, uma resposta/informação ao aluno/formando em cada momento! Mais do que dizer não sabe, ou sabe pouco, ou sabe muito, ou sabe tudo, é imprescindível dizer como superar falhas, identificar e monitorizar processos que conduzam ao sucesso das aprendizagens.

Atualmente, os critérios de avaliação da maioria das Escolas centram-se nos instrumentos de avaliação e não no processo. O comum é encontrarmos critérios como, por exemplo: testes sumativos 80% +10% atitudes e valores +10% assiduidade. Nas línguas, por imposição legal, surgem os 30% para a oralidade em português e os 20% para a mesma oralidade em línguas estrangeiras. Assim, avaliar torna-se numa operação aritmética de adição e divisão, lançada em miméticas grelhas excel, sem permitirem, ou sequer contemplarem, a progressão

das aprendizagens. Para sustentar a letra de lei, que refere dever a avaliação ser contínua, divide-se o ano letivo considerando que, por exemplo, o 1º período terá um peso de 35%, o 2º igualmente e o 3º, por ser mais curto, 30%. Assim, o aluno carrega sempre o seu insucesso, ainda que tenha superado as dificuldades diagnosticadas.

No final do ano letivo de 205/16, o Despacho normativo n.º 1-F/2016, de 5 de abril, veio, uma vez mais, colocar a ênfase da avaliação na dimensão formativa da mesma. Mas, porque não se mudam comportamentos por decreto..., as Escolas, na sua larga maioria, mantiveram os pesos nos instrumentos acrescentando, apenas, uma chamada de atenção para a importância da dimensão formativa das aprendizagens. No texto legal pode ler-se “considera -se pertinente instituir um regime de avaliação e de certificação que tenha como principal objetivo a melhoria da qualidade das aprendizagens.” No entanto, talvez porque o preâmbulo da legislação é menosprezado, esta pertinência foi ignorada...

Perante os pressupostos apresentados, pretendemos propor uma nova forma de operacionalizar a avaliação., valorizando a sua dimensão formativa. Desde logo, e como primeira medida urgente, urge eliminar as ponderações atribuídas a cada período letivo. Ao longo do ano, toda a avaliação é de dimensão formativa! Apenas no terceiro período acontece uma avaliação sumativa. Convém, obviamente, não confundir avaliação quantitativa com avaliação sumativa. No final dos primeiro e segundo períodos letivos, a avaliação formativa expressa-se de forma quantitativa,

constituindo um indicador para os alunos e para os professores.

Propomos, por isso, que a Escola portuguesa reformule os critérios de avaliação e, claro, que o faça no âmbito da autonomia de detém.

Defendemos, pois, que a avaliação formativa valorize a dimensão cognitiva mas, de igual modo, a dimensão cívica da aprendizagem

A avaliação tormativa alternativa (AFA) deve permitir conhecer bem os saberes, as atitudes, as capacidades e o estágio de desenvolvimento dos alunos, ao mesmo tempo que deve proporcionar-lhes indicações claras acerca do que é necessário fazer a seguir. No caso de ser necessário corrigir algo ou de melhorar as aprendizagens, torna-se imperativo que professores e alunos partilhem as mesmas ideias, ou ideias aproximadas, acerca da qualidade do que se pretende alcançar. Consequentemente, o passo seguinte é o de regular a qualidade do trabalho que está a ser desenvolvido, utilizando, nomeadamente, um conjunto de recursos cognitivos e metacognitivos que ajudem a eliminar qualquer eventual distância entre as aprendizagens reais e as aprendizagens previstas ou propostas. De facto, tal como refere Biggs (1998), só poderemos dizer que uma avaliação é realmente formativa se os alunos, através dela, se consciencializarem das eventuais diferenças entre o seu estado presente relativamente às aprendizagens e o estado que se pretende alcançar, assim como o que estarão dispostos a fazer para as reduzir ou mesmo eliminar. Perrenoud. (Domingos Fernandes, xxxx)

DIMENSÕES						Níveis de Desempenho
Domínio Cognitivo Aquisição e utilização de saberes descritores de avaliação qualitativo	Cidadania Descritores de avaliação qualitativo					
Aquisição de conteúdos; utilização de conhecimentos em novas situações; capacidade relacional; progressão de competências; Língua Portuguesa	Sentido de responsabilidade	Capacidade de exercício de autonomia	Propensão para a cooperação com os pares	criatividade	Capacidade de resposta à contingência	(Intervalos de classificação) Classificação quantitativa
						Muito Bom (18 - 20)
						Bom (16 - 17)
						bom (14 - 15)
						Suficiente (10 - 13)
						Insuficiente (8 - 9)
						Não conclui (1 - 7)

DIMENSÕES						Níveis de Aprendizagem
Domínio Cognitivo Aquisição e utilização de saberes Descritores de desempenho qualitativo	Cidadania	TIC	Descritores de desempenho qualitativo			
Aquisição de conteúdos; utilização de conhecimentos em novas situações; capacidade relacional; progressão de competências; Língua Portuguesa	Sentido de responsabilidade	Capacidade de exercício de autonomia	Propensão para a cooperação com os pares	criatividade e utilização das tecnologias	Capacidade de resposta à contingência	(Intervalos de classificação) classificação quantitativa
						Muito Bom 5
						Bom 4
						Suficiente 3
						Insuficiente 2
						Muito Insuficiente 1

O quadro apresentado exige, contudo, a definição, por área disciplinar e ciclo, dos perfis de aprendizagem. Esta tarefa, tem de ser realizada pelas áreas disciplinares, sempre de acordo com os programas disciplinares e respetivas planificações em vigor.

Este é o Tempo dos possíveis e da Liberdade! Cada Escola deve repensar o que pretende que seja a aprendizagem de cada aluno, em cada ciclo e, após essa enunciação de perfis descritivos, deve, então, definir os critérios gerais, também esses descritivos.

Como realizar este processo? Diversificando os instrumentos de avaliação e privilegiando o uso do portefólio! Mas, sobre o portefólio já muito publicámos....

Bibliografia:

PERRENOUD, Phillipe. Avaliação: da excelência à regularização das aprendizagens: entre duas lógicas. Porto Alegre, Artmed, 1998.
Fernandes, D. Para uma teoria da avaliação formativa